

## **A CIDADE COMO PRÁTICA:** CORPOGRAFIA, CIDADE AMBULANTE E MODOS DE HOSPEDAR-SE

*THE CITY AS PRACTICE: CORPOGRAPHY, THE WALKING CITY, AND WAYS OF HOSTING*

*LA CIUDAD COMO PRÁCTICA: CORPOGRAFÍA, CIUDAD AMBULANTE Y MODOS DE HOSPEDAR*

 Vitor Maciel de Britto Cunha<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão teórico-crítica sobre a cidade a partir da centralidade do corpo e da experiência vivida, compreendendo o espaço urbano como construção processual produzida nas práticas cotidianas. Em contraposição a abordagens que privilegiam formas, funções e representações abstratas, o texto articula as noções de corpografia, cartografia e caminhar como chaves epistemológicas para a leitura crítica da cidade enquanto lugar vivido. Fundamentado em contribuições da fenomenologia, das teorias do cotidiano e dos estudos críticos do espaço, o artigo compreende o corpo como mediador ativo na produção do espaço e do lugar. A corpografia é abordada como prática situada de inscrição do corpo no espaço, articulada ao método cartográfico. O caminhar e a errância são discutidos como práticas espaciais críticas capazes de revelar dimensões sensíveis, políticas e ordinárias da cidade, contribuindo para repensar o papel do projeto em arquitetura e urbanismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** cidade como prática, corpografia, caminhar, hospedar-se, arquitetura e urbanismo

### ABSTRACT

*This article proposes a theoretical and critical reflection on the city based on the centrality of the body and lived experience, understanding urban space as a processual construction produced through everyday practices. In contrast to approaches that privilege forms, functions, and abstract representations, the text articulates the notions of corpography, cartography, and walking as epistemological keys for a critical reading of the city as a lived place. Grounded in contributions from phenomenology, everyday life theories, and critical spatial studies, the article understands the body as an active mediator in the production of space and place. Corpography is addressed as a situated practice of bodily inscription in space, articulated with the cartographic method. Walking and wandering are discussed as critical spatial practices capable of revealing the sensitive, political, and ordinary dimensions of the city, contributing to a rethinking of the role of architectural and urban design.*

**KEYWORDS:** city as practice, corpography, walking, hosting, architecture and urbanism.

---

<sup>1</sup> Vitor Maciel de Britto Cunha, Doutorando em Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – PROARQ, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil, e-mail: [vitor.maciел@fau.ufrj.br](mailto:vitor.maciел@fau.ufrj.br).

## RESUMEN

Este artículo propone una reflexión teórico-crítica sobre la ciudad a partir de la centralidad del cuerpo y de la experiencia vivida, comprendiendo el espacio urbano como una construcción procesual producida en las prácticas cotidianas. En contraposición a enfoques que privilegian formas, funciones y representaciones abstractas, el texto articula las nociones de corpografía, cartografía y caminar como claves epistemológicas para una lectura crítica de la ciudad como lugar vivido. Fundamentado en aportes de la fenomenología, de las teorías de lo cotidiano y de los estudios críticos del espacio, el artículo comprende el cuerpo como mediador activo en la producción del espacio y del lugar. La corpografía se aborda como una práctica situada de inscripción corporal en el espacio, articulada al método cartográfico. El caminar y la errancia se discuten como prácticas espaciales críticas capaces de revelar las dimensiones sensibles, políticas y ordinarias de la ciudad, contribuyendo a repensar el papel del proyecto en arquitectura y urbanismo.

**PALABRAS CLAVE:** ciudad como práctica, corpografía, caminar, hospedar, arquitectura y urbanismo

## INTRODUÇÃO

A cidade contemporânea tem sido amplamente pensada, representada e transformada a partir de dispositivos que privilegiam a visão, a forma e o controle. Planos, mapas, projetos e legislações constroem uma imagem urbana totalizável e governável, mesmo quando a experiência cotidiana revela o contrário: um urbano feito de fricções, desvios, apropriações imprevistas, permanências provisórias e movimentos errantes. Entre a cidade concebida e a cidade vivida abre-se, assim, uma distância que não é apenas operacional, mas também epistemológica, como já indicava Michel de Certeau (1994).

No centro dessa tensão está o corpo. É pelo corpo que a cidade é percebida, atravessada e apropriada, ainda que ele permaneça frequentemente ausente nos modos dominantes de pensar e projetar o espaço urbano. Diversos autores têm insistido, portanto, na necessidade de recolocar a experiência corporal no centro da reflexão urbana. Nesse contexto, a noção de corpografia, formulada por Jacques (2012) e desenvolvida por Nascimento (2016), propõe modos de leitura da cidade que não separem representação e prática, reconhecendo que o espaço urbano se constitui na experiência vivida.

Este ensaio parte da hipótese de que esse deslocamento, da cidade como objeto para a cidade como prática, não é apenas complementar aos modos tradicionais de pensar o urbano, mas capaz de transformar o próprio entendimento do espaço, do território e do projeto. Aqui, o território não é compreendido como suporte neutro ou simples recorte administrativo, mas como construção relacional e conflitiva, atravessada simultaneamente por dimensões materiais, políticas e simbólicas.

Como propõe Haesbaert (2005, p. 95–96), o território “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”. Essa compreensão permite reconhecer que a cidade se produz tanto por dispositivos de controle e ordenamento quanto por práticas cotidianas de uso, apropriação e resignificação.

Em vez de opor a cidade concebida à cidade vivida, parte-se aqui do reconhecimento de que o espaço urbano se produz justamente na articulação tensa entre suas dimensões concretas e funcionais e suas dimensões vividas, simbólicas e apropriadas. É na aproximação ao cotidiano, nos gestos, nos usos, nas permanências e aos deslocamentos que essa complexidade se torna visível e que o espaço urbano pode ser compreendido como processo, e não apenas como forma ou estrutura.

Para desenvolver essa perspectiva, o texto articula três eixos: (i) revisão dos modos de conceber e operar o espaço arquitetônico e urbano (ii) a corpografia como cartografia encarnada da cidade; e (iii) o caminho como forma de se hospedar.



A partir desse percurso, mobiliza-se a noção de cidade ambulante<sup>2</sup> como chave interpretativa para compreender práticas errantes, ocupações provisórias e usos desviantes que revelam o caráter processual, instável e disputado do espaço urbano. Mais do que uma categoria descritiva, a cidade ambulante permite tensionar o papel do projeto arquitetônico, deslocando-o da produção de formas estáveis para a mediação crítica entre estruturas instituídas e práticas móveis.

## Corpo, experiência e território: o espaço como construção vivida

A crítica ao distanciamento entre projeto e experiência cotidiana passa, necessariamente, por uma revisão da maneira como compreendemos o espaço. Durante muito tempo, tanto na arquitetura quanto no urbanismo, o espaço foi tratado como uma entidade abstrata, mensurável e controlável, passível de ser plenamente apreendida por representações técnicas e por uma racionalidade projetual que tende a separar forma e uso, objeto e sujeito, cidade e corpo. Henri Lefebvre (2006) já havia apontado esse processo ao criticar a hegemonia do espaço concebido e abstrato sobre o espaço vivido, mostrando como o pensamento técnico tende a reduzir a complexidade da experiência espacial.

Em oposição a essa perspectiva, diversas correntes fenomenológicas e críticas têm insistido na centralidade do corpo como condição primeira de toda experiência espacial. Em Merleau-Ponty (1999), a percepção não é uma operação puramente intelectual, mas um modo de estar-no-mundo: o corpo não é um objeto entre outros, mas o próprio meio pelo qual o mundo se torna sensível e significativo. Não há, assim, espaço anterior ou exterior à experiência: ele se constitui na relação, no movimento, no engajamento corporal com o ambiente.

No campo da arquitetura, essa inflexão é retomada de modo particularmente preciso por Juhani Pallasmaa (2011), ao afirmar que a experiência arquitetônica é fundamentalmente multissensorial e incorporada. Não habitamos imagens, plantas ou fachadas, mas atmosferas, texturas, pesos, resistências e ritmos. A maçaneta que se gira, o degrau que se sobe, a penumbra que desacelera o passo: são esses encontros entre corpo e matéria que constroem, de fato, o espaço vivido. A arquitetura, nesse sentido, não se reduz à produção de formas, mas organiza campos de experiência, modos de presença e possibilidades de ação.

Essa compreensão desloca profundamente os modos de conceber e operar o espaço arquitetônico e urbano: ele deixa de ser apenas suporte ou cenário e passa a ser entendido como algo que se produz na própria prática de uso, de circulação e de permanência. É exatamente nessa direção que Michel de Certeau (1994) propõe pensar a cidade não apenas como aquilo que se vê do alto ou se representa nos planos, mas como aquilo que se escreve cotidianamente com os pés. Caminhar, desviar, parar, atravessar: essas práticas ordinárias não apenas acontecem no espaço, mas o constituem, produzindo uma cidade múltipla, feita de trajetórias, ritmos e apropriações singulares.

Se o espaço se faz na prática, ele também não pode ser pensado fora das relações de poder, de apropriação e de sentido que o atravessam. A noção de território, tal como formulada por Haesbaert (2005), é particularmente útil nesse ponto, pois recusa a ideia de um espaço unívoco e funcional e o compreende como algo que se desdobra num continuum entre dominação político-econômica e apropriação simbólica e cultural. O território, enquanto espaço-tempo vivido, é sempre múltiplo, instável e disputado, produzido tanto por dispositivos institucionais quanto pelas práticas sensíveis e cotidianas dos sujeitos.

Essa perspectiva permite compreender que não existe uma separação nítida entre espaço físico e espaço simbólico, nem entre cidade material e cidade vivida. Ambos se atravessam continuamente na experiência

---

<sup>2</sup> A noção de “cidade ambulante”, em Jacques e Britto (2019), refere-se à compreensão da cidade como espaço produzido por práticas móveis, usos improvisados e ocupações provisórias, mais do que por formas fixas e estáveis. Em diálogo com Certeau (1994) e Careri (2025), essa perspectiva enfatiza o papel do corpo, do deslocamento e da experiência cotidiana na produção do espaço urbano.



corporal. O corpo não apenas ocupa o espaço: ele o interpreta, o tensiona, o reinventa e o reinscreve de sentidos. Do mesmo modo, o espaço não é um mero recipiente neutro das ações humanas, mas um campo ativo que orienta, condiciona e provoca gestos, afetos e comportamentos.

Se a cidade é, antes de tudo, uma construção vivida, é preciso desenvolver instrumentos conceituais e metodológicos capazes de apreender essa dimensão sensível, processual e incorporada do espaço. Em outras palavras, é necessário pensar formas de leitura e de escrita da cidade que partam do corpo e da experiência.

É nesse ponto que se abre o caminho para a noção de corpografia: não como simples metáfora, mas como tentativa de construir uma cartografia feita no e pelo corpo, capaz de registrar e, ao mesmo tempo, produzir espacialidades. Se o território se constitui na experiência, torna-se fundamental investigar como essa experiência pode ser percebida, descrita e mobilizada criticamente. A corpografia surge, assim, como um primeiro deslocamento metodológico: da cidade vista para a cidade vivida, do espaço representado para o espaço praticado.

## **CORPOGRAFIA: CARTOGRAFAR A CIDADE COM O CORPO**

Se, como argumentado anteriormente, o espaço não pode ser compreendido fora da experiência que o constitui, então também não pode ser apreendido apenas por instrumentos de representação distanciados, como plantas, mapas ou modelos abstratos. Essa constatação conduz à necessidade de desenvolver modos de leitura que não se separem da prática, da presença e da implicação corporal. É nesse contexto que o conceito de corpografia, elaborado por Paola Berenstein Jacques (2012), adquire sua força crítica e metodológica.

A autora formula a noção de corpografia como uma reação direta ao que identificamos como a produção contemporânea da cidade-espetáculo, na qual o espaço urbano tende a ser concebido prioritariamente como imagem, cenário e mercadoria, mais voltado à contemplação do que à experiência. Nesse regime, o corpo do habitante é progressivamente reduzido à condição de espectador, consumidor ou usuário abstrato, enquanto a cidade se afasta de sua dimensão vivida, sensível e conflitiva.

As corpografias formulam-se como resultantes da experiência espaço-temporal que o corpo processa relacionando-se com tudo o que faz parte do seu contexto de existência: outros corpos, objetos, ideias, lugares, situações, enfim; e a cidade pode ser entendida como um conjunto de condições para essa dinâmica ocorrer (Jacques, 2012, pg. 300).

É precisamente contra a lógica da separação rígida entre sujeito e objeto que a corpografia propõe recolocar o corpo no centro da experiência urbana e da produção de conhecimento da cidade. A corpografia parte da hipótese de que a experiência urbana se inscreve no corpo ao longo do tempo, configurando-o e sendo por ele configurada, assumindo um caráter situado, parcial e processual. Conhecer a cidade, nesse sentido, não é apreendê-la como totalidade, mas acompanhar práticas, usos e situações em sua emergência.

Essa perspectiva encontra suporte no método cartográfico de Kastrup (2009), em que o conhecimento não se constrói pela representação de um objeto dado, mas pelo acompanhamento de processos em movimento. A cartografia, nesse sentido, não é apenas técnica de registro distanciado, mas um modo de investigação que se desenvolve no próprio percurso da experiência, exigindo atenção, abertura e disposição para deixar-se afetar pelo que emerge.

Dentro dessa abordagem, Jacques (2012) propõe a diferenciação entre corpografia, cartografia e coreografia: uma cartografia urbana descreve mapas da cidade construída, muitas vezes já apropriada e



transformada por seus usuários; uma coreografia projeta movimentações corporais, isto é, define como corpos devem se mover; e a corpografia combina percepção, registro e experiência, acompanhando processos urbanos em curso e permitindo que o corpo participe da produção de sentidos.

Essa compreensão do espaço como algo produzido por práticas móveis e usos desviantes pode ser observada, de modo particularmente claro, nas errâncias dos skatistas analisadas por Fernandes, Barroso e Belart (2019). Ao se afastarem da lógica estritamente funcional tanto do esporte quanto do território, as incursões do skate de rua aproximam-se da tradição situacionista das derivas urbanas, compondo uma espécie de atmosfera itinerante que orienta outros ritmos e outras formas de habitar a cidade.

No reconhecimento dos “pequenos lugares”, o skatista produz movimentos e temporalidades singulares, operando uma espécie de artesanania cotidiana que reinterpreta eticamente e esteticamente o espaço urbano. Como observam as autoras, abre-se, nessas experiências, um campo de possibilidades para outras intervenções e para a construção deliberada de situações que suspendem o uso ordinário da cidade e tornam visível seu caráter aberto, experimental e processual (Fernandes, Barroso e Belart, 2019).

É nessa mesma direção que Silvana Nascimento (2016) observa que a cidade não é algo que se contempla de fora: ela se impõe ao corpo, atravessa-o e o afeta, fazendo com que o próprio pesquisador seja implicado naquilo que busca compreender. A partir dessa implicação, caminhar, parar, atravessar e permanecer deixam de ser apenas procedimentos de observação e passam a operar como modos de participação na própria produção das situações observadas. O conhecimento que daí resulta é, inevitavelmente, encarnado, parcial e implicado, o que não constitui uma fragilidade metodológica, mas precisamente a sua força crítica.

No campo da arquitetura e do urbanismo, esse deslocamento tem implicações decisivas. Pensar corpograficamente significa reconhecer que o projeto não pode se limitar à produção de objetos formais, mas deve considerar as condições de experiência, apropriação e uso que se desdobram no tempo. Significa, também, admitir que muitos dos processos mais potentes de produção de espacialidade acontecem fora das instâncias formais do projeto, nas práticas ordinárias, nas ocupações imprevistas e nos usos desviantes da cidade. Nesse sentido, a própria prática corpográfica pode ser compreendida como uma prática espacial.

Essa passagem prepara diretamente o terreno para as reflexões de Francesco Careri (2025), nas quais o deslocamento, a parada e o hospedar-se aparecem como gestos fundamentais de produção do espaço.

## **CAMINHAR, PARAR E HOSPEDAR-SE: O ESPAÇO COMO PRÁTICA**

Em *Walkscapes*, Careri (2013), propõe uma inversão do olhar disciplinar ao afirmar que o caminhar não é apenas um meio de deslocamento entre dois pontos, mas uma prática estética, política e espacial em si mesma. Antes de ser um gesto funcional, caminhar é já uma forma de produzir espaço, de atribuir sentido ao território e de instituir relações provisórias entre corpo, paisagem e cidade.

Careri (2013) demonstra que, ao longo da história, o caminhar sempre esteve ligado a formas de conhecimento, de apropriação e de transformação do mundo: do nomadismo às peregrinações, das derivas às práticas artísticas contemporâneas, o deslocamento a pé constitui um gesto fundamental de inscrição humana no território. No entanto, a modernidade urbana, ao subordinar o espaço à lógica da velocidade, da eficiência e da circulação motorizada, tende a reduzir o caminhar a uma função residual, destituindo-o de sua potência simbólica e espacial.

Contra essa redução, *Walkscapes* reivindica o caminhar como ato fundante de espacialidade. Não se trata apenas de percorrer um espaço já dado, mas de fazê-lo existir enquanto tal. Cada passo redesenha, ainda que imperceptivelmente, a geografia sensível do lugar. Como o próprio autor afirma, mesmo quando não



deixa marcas materiais permanentes<sup>3</sup>, o caminhar transforma cultural e simbolicamente a paisagem, instaurando uma outra camada de sentido sobre o território

Em continuidade às reflexões desenvolvidas em *Walkscapes*, Francesco Careri (2025) aprofunda, em *Caminhar, parar e hospedar-se*, a compreensão das práticas corporais como modos de produção do espaço, deslocando o foco do deslocamento contínuo para as experiências de parada, permanência e hospedar-se. O autor tensiona a noção de espaço como suporte neutro ou como objeto exclusivamente projetual ao afirmar que o espaço se constitui também a partir dos modos de estar, permanecer e acolher, mesmo que essas práticas não deixem marcas materiais permanentes. O hospedar-se, nesse sentido, configura-se como uma prática espacial capaz de produzir efeitos simbólicos, culturais e relacionais sobre a paisagem, revelando formas ordinárias e sensíveis de apropriação do espaço urbano.

Se o caminhar opera como gesto de abertura do espaço, é a parada que introduz condições de permanência e de uso. Parar, nessa perspectiva, não significa simplesmente interromper um deslocamento, mas instaurar uma situação provisória de habitar, na qual o espaço deixa de ser apenas meio de passagem e passa a ser apropriado como lugar.

No conjunto de experiências analisadas por Careri (2025), o episódio do Metropolit, correspondente à errância nº 18, explicita de modo exemplar o do chamado foguete do Metropolit. Trata-se de uma estrutura construída coletivamente no interior de uma ocupação periférica de Roma, concebida menos como objeto arquitetônico funcional do que como dispositivo simbólico e espacial de apropriação. (Figura 01)

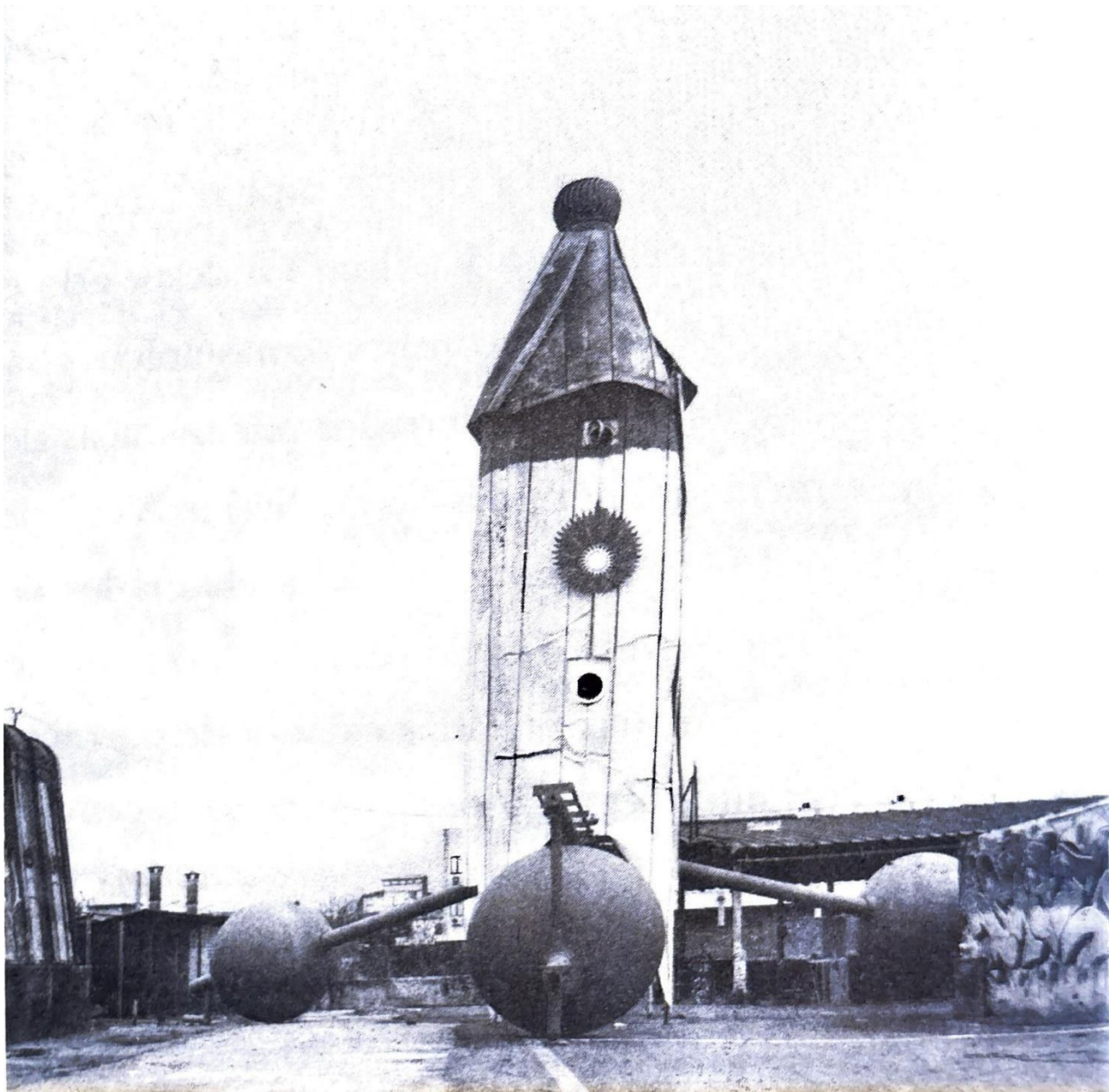
O foguete não responde a um programa convencional nem a uma lógica de utilidade estrita: sua importância reside justamente no fato de instaurar, no interior de um território marginalizado, uma outra relação com o espaço, com a imaginação e com a ideia de habitar. Ao ser erguido como uma espécie de arquitetura improvável e excessiva, o foguete opera como gesto de reconfiguração simbólica do lugar, produzindo uma forma de enraizamento que não se dá pela estabilidade formal, mas pela ativação coletiva do espaço e pela criação de sentido compartilhado.

---

<sup>3</sup> A distinção entre transformação espacial e marca material permanente pode ser compreendida à luz das reflexões de Anna Tsing sobre os efeitos duráveis de práticas aparentemente efêmeras. Ao analisar paisagens produzidas por encontros contingentes entre humanos e não humanos, a autora demonstra que a ação não precisa deixar vestígios físicos estabilizados para produzir efeitos reais e persistentes no espaço, seja no plano cultural, simbólico ou relacional. As paisagens, nesse sentido, são entendidas como formações históricas resultantes de práticas situadas e de interações que nem sempre se materializam como objetos fixos, mas que reconfiguram modos de uso, percepção e valor do território (Tsing, 2022).



Figura 1: Metropolis



Fonte: Careri, 2025, página 86.

Ao deslocar o foco do objeto para o processo, da forma para a experiência, Careri (2025) propõe uma concepção de arquitetura que não se define pela permanência, pela monumentalidade ou pela estabilidade, mas pela capacidade de produzir situações, encontros e modos de estar no mundo.

O território aparece, assim, não como um dado fixo, mas como algo que se constitui no tempo, na experiência e na relação. Nesse ponto, a reflexão de Careri (2025) encontra-se novamente com a noção de corpografia: tanto em um caso quanto no outro, trata-se de compreender o espaço como algo que se produz na e pela experiência corporal. Contudo, enquanto a corpografia enfatiza o caráter implicado, situado e processual dessa produção, Careri (2025) radicaliza a questão ao mostrar que o próprio ato de caminhar, parar e hospedar-se é já, em si, uma forma de projeto, ainda que um projeto sem desenho, sem planta e sem objeto estável.

Essa constatação permite avançar no argumento: se caminhar, parar e hospedar-se podem ser compreendidos como gestos projetuais, ainda que sem desenho e sem objeto estável, então tais práticas não são marginais ou excepcionais, mas constituem modos efetivos e recorrentes de produção de espacialidade. É nesse registro que se situam as práticas errantes, as ocupações provisórias e as formas de vida móveis que atravessam a cidade e que têm sido compreendidas, por Fernandes, Barroso e Belart (2019), sob a noção de cidade ambulante.

## **CIDADE AMBULANTE: ERRÂNCIA E PRÁTICAS URBANAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

A cidade ambulante não se define por uma forma estável nem por um território fixo, mas por um conjunto de práticas que instauram espacialidades temporárias, móveis e relacionais. Como propõem Fernandes, Barroso e Belart (2019), trata-se de uma cidade que se produz nas errâncias, nos usos desviantes e nas apropriações cotidianas que escapam aos roteiros previstos pelo planejamento e pelo projeto. Ela se manifesta nos corpos que percorrem, param, insistem, retornam e improvisam modos de estar na cidade, configurando uma urbanidade que não se deixa apreender plenamente pelos mapas oficiais nem pelas categorias funcionais do urbanismo. Sua existência é, assim, fundamentalmente processual, situada e atravessada por práticas.

Essas práticas errantes evidenciam que a cidade não é apenas o resultado de decisões técnicas e normativas, mas também, das formas como ela é cotidianamente apropriada, negociada e reinventada por seus habitantes. O espaço urbano aparece, assim, como um campo de tensões permanentes entre dispositivos de ordenamento e práticas de uso, entre estratégias de controle e táticas de apropriação, nos termos propostos por Michel de Certeau (1994).

A cidade ambulante se constitui precisamente nesse intervalo: ela não nega a cidade institucional, mas a atravessa, a reinterpreta e a reescreve a partir de baixo, por meio de gestos mínimos e muitas vezes invisíveis. Caminhar fora dos trajetos esperados, permanecer onde não se previa permanência, instalar-se de modo provisório onde só se admitia passagem. Todos esses gestos produzem pequenas fissuras nos regimes dominantes de organização do espaço e fazem emergir outras possibilidades de urbanidade.

Essa constatação, no entanto, não deve ser romantizada. As práticas errantes e as formas de habitar provisórias também revelam as contradições e desigualdades da cidade contemporânea, na qual nem todos escolhem a mobilidade e a precariedade como modo de vida. Ainda assim, mesmo quando atravessadas por conflitos e assimetrias, essas práticas tornam visível o caráter fundamentalmente inacabado, disputado e processual do espaço urbano.

Ao evidenciar a existência dessa cidade que se faz no movimento, na pausa e na ocupação provisória, a noção de cidade ambulante reforça a ideia central que atravessa este ensaio: o espaço urbano não é apenas concebido e construído, mas continuamente praticado. Ele não é apenas projetado; ele é vivido, feito e reinscrito a cada dia pelos corpos que o atravessam.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste artigo, buscou-se deslocar a compreensão do espaço urbano da condição de objeto representável para a de processo vivido, produzido e continuamente feito pelas práticas corporais. A crítica ao domínio do espaço concebido permitiu afirmar a centralidade da experiência como dimensão constitutiva do urbano, compreendendo o corpo não apenas como mediador da percepção, mas como agente ativo na produção da espacialidade. Nessa perspectiva, as noções de corpografia, formulada por Jacques (2012), de hospedar-se, desenvolvida por Francesco Careri (2025), e de cidade ambulante, proposta por Fernandes, Barroso e Belart (2019), convergem para uma mesma inflexão epistemológica: o



espaço não antecede a prática, mas se constitui na e pela ação dos corpos em movimento, em permanência ou em errância.

Esse deslocamento implica também uma revisão do próprio entendimento de projeto no campo da arquitetura e do urbanismo. Longe de se restringir à antecipação formal ou à definição de usos normativos, o projeto passa a ser compreendido como prática aberta, capaz de instaurar situações, relações e modos provisórios de habitar. As errâncias, as ocupações temporárias e os usos desviantes evidenciam que o espaço urbano não é resultado exclusivo de decisões técnicas ou institucionais, mas de uma produção cotidiana, marcada por negociações locais, gestos ordinários e reinscrições sensíveis do território. Tais práticas não se situam fora dos dispositivos de poder, mas operam em seu interior, tensionando-os e produzindo deslocamentos e reconfigurações.

Nesse sentido, as práticas corporais analisadas ao longo do artigo não devem ser entendidas como exceções ou margens do urbano, mas como parte constitutiva de seu funcionamento. Ao revelar formas de uso, permanência e circulação que escapam às lógicas hegemônicas de ordenamento espacial, essas práticas tornam visíveis as condições instáveis, provisórias e disputadas da cidade contemporânea. O urbano emerge, assim, como um campo atravessado por múltiplas temporalidades, ritmos e intensidades, no qual diferentes modos de vida se inscrevem e se atualizam continuamente.

Com isso, reforça-se o tema central do artigo: o espaço urbano não é apenas concebido, representado ou construído, mas incessantemente praticado. Pensar corpograficamente e a partir das práticas do caminhar, da parada e do hospedar-se implica reconhecer que uma parcela decisiva da produção da espacialidade ocorre fora dos marcos formais do projeto, nas experiências ordinárias e nos modos de uso que fazem e refazem a cidade no tempo. O urbano aparece, portanto, não como forma acabada, mas como processo aberto, instável e relacional, continuamente produzido pelos corpos que o atravessam, o ocupam e o reinventam.

## AGRADECIMENTOS

O autor agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido por meio de bolsa, fundamental para a realização e o desenvolvimento desta pesquisa. Este trabalho foi realizado com apoio da CAPES – Brasil, Código de Financiamento 001.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

CARERI, Francesco. *Caminhar, parar e hospedar-se*. São Paulo: Olhares, 2025.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERNANDES, Cíntia Sanmartin; BARROSO, Flávia Magalhães; BELART, Victor. Cidade ambulante: a climatologia da errância nos coletivos culturais do Rio de Janeiro. *Mediação*, Belo Horizonte, v. 22, n. 29, p. 17-36, jul./dez. 2019.

GAMA, Danielle Márcia Hachmann de Lacerda da; FERNANDES, Cíntia Sanmartin. Territorialidades de escuta. *Contemporânea: Comunicação e Cultura*, Salvador, v. 21, n. 3, p. 21–37, set./dez. 2023.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 6775–6792.

JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. SciELO-EDUF BA, 2012.



KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço (La production de l'espace)*. São Paulo: Editora PUSP / Editora Loyola, 2011.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. A cidade no corpo: diálogos entre corpografia e etnografia. *Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, São Paulo, n. 19, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/3316>. DOI: 10.4000/pontourbe.3316.

PALLASMAA, Juhani. *Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos*. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.

TSING, Anna Lowenhaupt. *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. Tradução de Diego Ambrosini. São Paulo: n-1 edições, 2022.

